

Vinculada ao Ministério da Integração Nacional - MI

**Avenida Manoel Novaes, s/n - Centro – Bom Jesus da Lapa/BA – CEP 47600-000
TELEFONE (77) 3481-8011 FAX (77)3481-5299 - e-mail: 2sr-sl@codevasf.gov.br**

Fls.: _____
Proc.:59520.000453/07-94

2.ª SL

PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL n.º 007/2007

**SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRE-
TIVA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA INSTA-
LADOS NA CODEVASF-2ª SR.**

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

PREGÃO ELETRÔNICO – PROCESSO Nº 59520.000453/2007-94

EDITAL Nº 007/2007

A V I S O

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, por intermédio de sua 2ª Superintendência Regional, com sede na Av. Manoel Novaes, s/n, Centro, CEP 47600-000, em Bom Jesus da Lapa/BA, torna público aos interessados que nas datas, horários e local abaixo indicados fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO**, de acordo com as condições deste Edital e seus Anexos.

OBJETO: Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e configuração de softwares em equipamentos de informática de propriedade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – 2ª Superintendência Regional – Bom Jesus da Lapa/BA, doravante denominada contratante, incluindo atendimento ao usuário (help-desk) e suporte à utilização de softwares básico e de apoio.

DATA, HORA E LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: Estarão disponíveis para consulta e retirada nos sítios www.comprasnet.gov.br e www.codevasf.gov.br, bem como na Secretaria Regional de Licitações – 2ª SL da CODEVASF, localizada na Av. Manoel Novaes, s/n, Centro, CEP 47600-000, em Bom Jesus da Lapa/BA, Telefone (077) 3481-8011 Fax (77)3481-5299, no horário de 08h00 às 12h00 e de 14h30 às 18h00, a **partir do dia 20 (vinte) setembro de 2007**.

As empresas que retirarem o Edital através da Internet deverão preencher a **GUIA DE RETIRADA DE EDITAL (ANEXO V)**, que se encontra na última página deste documento, remetendo-a pelo Telefax (77) 3481-5299, dados estes necessários para que possamos comunicar eventuais esclarecimentos às consultas formuladas sobre o Edital.

ENVIO DAS PROPOSTAS: O envio das propostas ocorrerá a partir da liberação do Edital pelo sítio www.comprasnet.gov.br até o horário limite de início da Sessão Pública. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

DATA E HORÁRIO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às **09h00 (NOVE HORAS) do dia 02 (dois) de outubro de 2007 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**.

LOCAL DA SESSÃO: www.comprasnet.gov.br

OBSERVAÇÃO: O presente Pregão Eletrônico será realizado por meio da Internet e observará as condições estabelecidas no Edital em epígrafe, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, e do Decreto n.º 5.450/2005, e subsidiariamente os dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Bom Jesus da Lapa (BA), 19 de setembro de 2007.

JOÃO MAURÍCIO DO VALLE SOUZA

Superintendente Regional – Substituto
2ª/SR - CODEVASF
Decisão 500/2007

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

ÍNDICE

1. OBJETO/LEGISLAÇÃO
2. DESCRIÇÃO GERAL DOS MATERIAIS
3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS
5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
6. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO
7. ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS
8. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
9. FORMULAÇÃO DOS LANCES
10. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
11. HABILITAÇÃO
12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS
13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
14. DA CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO
15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
16. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS
17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
20. REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS
21. MULTAS
22. FISCALIZAÇÃO
23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
24. DISPOSIÇÕES GERAIS

A N E X O S

ANEXO I –TERMO DE REFERÊNCIA/ ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ANEXO II – TERMO DE PROPOSTA (inserido no Termo de Referência/ Especificações Técnicas)

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO V – GUIA DE RETIRADA DE EDITAL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

- CODEVASF -

PREGÃO ELETRÔNICO

EDITAL N.º 007/2007

PROCESSO N.º 59520.000453/2007-94

DATA/HORA PARA ENVIO DE PROPOSTAS: A partir da disponibilização do Edital no sítio www.comprasnet.gov.br até às 09h00 (nove horas) do dia 20 (vinte) de setembro de 2007, respeitado o interregno mínimo de 08 (oito) dias úteis para divulgação da licitação.

DATA/HORA DE DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS: a partir das 09h00 (nove horas) do dia 02 (dois) de outubro de 2007.

Local: www.comprasnet.gov.br

1. OBJETO/LEGISLAÇÃO

- 1.1. A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF, por intermédio de sua 2ª Superintendência Regional, torna público aos interessados que na data, horário e local estabelecidos no presente Edital, fará realizar licitação objetivando a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e configuração de softwares em equipamentos de informática de propriedade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – 2ª Superintendência Regional – Bom Jesus da Lapa/BA, doravante denominada contratante, incluindo atendimento ao usuário (help-desk) e suporte à utilização de softwares básico e de apoio.
- 1.2. Esta licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** e do tipo **MENOR PREÇO**, observará as condições estabelecidas no presente Edital e seus Anexos, bem como os preceitos do direito público, em especial as disposições da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, dos Decretos n.º 3.722, de 09/01/2001 e n.º 5.450 de 31/05/2005, e, subsidiariamente, dos dispositivos da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.
- 1.3. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados, para consulta, na Secretaria Regional de Licitações - 2ª SL, situada na Av. Manoel Novaes, s/n, Centro, CEP 47600-000, em Bom Jesus da Lapa/BA,, telefax (77) 3481-5299, e poderão ser adquiridos mediante o recolhimento à CODEVASF da importância de R\$ 30,00 (trinta reais), no horário de 08:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 18:00 horas, ou poderão ser retirados na Internet nos sites www.codevasf.gov.br e www.comprasnet.gov.br.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

- 1.3.1. Os interessados que retirarem o Edital através da Internet deverão proceder ao preenchimento da Guia de Retirada do Edital (ANEXO V) que se encontra na última página deste documento, remetendo-a através do Telefax (77) 3481-5299, dados estes necessários para que possamos comunicar eventuais respostas às consultadas formuladas. **A não entrega deste documento exige a CODEVASF de qualquer reclamação sobre esclarecimentos do Edital e seus Anexos.**

2. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

- 2.1. O serviço, objeto deste Pregão Eletrônico, compreende a manutenção preventiva e corretiva, instalação e configuração de softwares em equipamentos de informática de propriedade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – 2ª Superintendência Regional – Bom Jesus da Lapa/BA, doravante denominada contratante, incluindo atendimento ao usuário (help-desk) e suporte à utilização de softwares básico e de apoio, e demais especificações contidas no ANEXO I, deste Edital.
- 2.2. Os serviços serão prestados nos equipamentos de informática da Codevasf – 2ª SR, instalados em sua sede localizada na Avenida Manoel Novais, s/n, centro, Bom Jesus da Lapa/BA; no Projeto Amanhã, localizado no Perímetro de Irrigação Formoso, a 20 Km de Bom Jesus da Lapa; no Escritório de Apoio Técnico de Guanambi – 2ª/EGU, localizado na Av. Deolinda Martins, 166 – Bairro Santo Antônio – Guanambi/BA, no Escritório de Apoio Técnico de Santa Maria da Vitória – 2ª/ESV, localizado na Colônia do Formoso, a 25 km da cidade de Santa Maria da Vitória/BA e na Estação de Piscicultura de Guanambi – 2ª/EPC, localizada a 15 km da cidade de Guanambi/BA; de segunda a sexta, no horário de funcionamento da Codevasf – 2ª SR.
- 2.3. Os serviços serão realizados, preferencialmente, na Sede da Codevasf – 2ª SR, que se responsabilizará pelo transporte dos equipamentos que estiverem instalados nas outras unidades constantes do subitem anterior.
- 2.4. A critério da contratante, os serviços poderão ser realizados em quaisquer das localidades constantes do subitem 2.2. Neste caso, as despesas com deslocamento e hospedagem dos técnicos envolvidos correrão por conta da Codevasf – 2ª SR.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e que estejam **obrigatoriamente** cadastrados no SICAF e credenciados no www.comprasnet.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico.
- 3.1.2 Para participação no Pregão Eletrônico a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório. (§ 2º do art. 21 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 3.1.3 A participação na licitação implica na aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis,

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

observando-se o disposto neste Edital e seus Anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

3.2. Caberá à licitante interessada em participar deste Pregão Eletrônico:

- a) credenciar-se no SICAF;
- b) remeter, no prazo estabelecido no subitem 8.1 deste Edital, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta de preços;
- c) responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEVASF responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/05);
- d) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005);
- e) comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a viabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) utilizar-se de chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;
- g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.3. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com qualquer órgão integrante do SISG/SIASG ou que por estes tenham sido declaradas inidôneas;
- c) sob a forma de consórcio;
- d) cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários ou ocupantes de função gratificada na CODEVASF;
- e) estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País.

3.4. A participação na licitação implica aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e de seus Anexos, e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

3.5. As licitantes deverão visitar o local onde estão instalados os equipamentos, com a finalidade de se inteirarem dos serviços a serem executados e de avaliarem adequadamente os problemas futuros, de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes da sua execução.

3.5.1. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades, bem como do dimensionamento dos dados necessários para a formulação da proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.

3.5.2. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta da licitante.

3.5.3. Para visita ao local onde serão executados os serviços, deverá ser contatada a 2ª/GRG/UAU, no endereço da Codevasf - 2ª SR, citado no item 1.3 deste Edital, sendo que a referida visita somente poderá ser realizada até 02 dias úteis antes da realização da licitação.

4. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

- 4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a quaisquer elementos deverão ser enviados ao Pregoeiro até **03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico via Internet no site www.comprasnet.gov.br, ou através do Fax n.º (77) 3481-5299, ou ainda pelo e-mail 2sr-srl@codevasf.gov.br. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
- 4.2. As licitantes deverão, além das informações específicas requeridas pela CODEVASF, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas normas conhecidas que assegurem qualidade igual ou superior às indicadas na descrição geral dos serviços contida no item 2 deste Edital.
- 4.3. As licitantes deverão estudar minuciosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam, de algum modo, afetar o fornecimento dos equipamentos, seus custos e prazos.
- 4.4. Analisando as consultas, a CODEVASF deverá esclarecê-las e, acatando-as, alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus anexos, comunicando sua decisão, também por meio eletrônico, via Internet, nos sites www.comprasnet.gov.br e www.codevasf.gov.br, divulgando a modificação pelo mesmo instrumento de publicação do texto original, reabrindo o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando inquestionavelmente a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 4.5. A apresentação da proposta tornará evidente que a licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus Anexos, que a comprovou e a encontrou correta. Evidenciará, também, que a licitante obteve da CODEVASF, satisfatoriamente, as eventuais in-

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

formações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta apresentada, implicando na aceitação plena de suas condições.

5. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 5.1. Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma eletrônica.
- 5.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, contado da data do pedido da impugnação.
- 5.3. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

6. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

- 6.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto n.º 5.450/2005), devendo ser providenciado no sítio www.comprasnet.gov.br.
- 6.2. O credenciamento das licitantes dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- 6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico (art. 3º, § 6º, do Decreto n.º 5.450/2005).
- 6.4. A perda da senha ou quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 6.5. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a CODEVASF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 3º, § 5º, do Decreto n.º 5.450/2005).

7. ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 7.1. Após a divulgação do Edital no Comprasnet.gov, a licitante deverá apresentar, no campo correspondente dentro do sistema eletrônico denominado **“Descrição Complementar”**, a descrição sucinta do serviço a ser por ela ofertado, em língua portuguesa, obedecendo as exigências técnicas deste edital, contemplando ainda os **valores unitário e total**, estando incluídos todos os impostos, taxas e despesas tais como transporte, carga, descarga, seguro e quaisquer outros incidentes sobre o objeto deste Pregão, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico (art. 21, caput, Decreto n.º 5.450/2005).

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

- 7.1.1. Atendidas as exigências de que trata o subitem 7.1, a licitante deverá enviar como anexo, no campo correspondente no sistema eletrônico, a Proposta de Preços em forma de Planilha, devidamente preenchida conforme modelo constante do ANEXO II, parte integrante deste Edital, contendo, **obrigatoriamente**, a especificação completa do serviço a ser executado, **detalhadamente**, em língua portuguesa, atentando-se para as Especificações Técnicas (ANEXO I) integrante deste Edital, contemplando os preços unitário e total, estando incluídos todos os impostos, taxas e despesas e quaisquer outros incidentes sobre o objeto deste Pregão a que a licitante estará concorrendo, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico** (art. 21, caput, Decreto n.º 5.450/2005), devendo conter ainda:
- a) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão, sujeita à revalidação por idêntico período;
- 7.1.1.1. Para atendimento ao que estabelece o subitem 7.1.1 acima, **não será admitida o envio da cópia do edital licitatório**, sob pena de desclassificação da licitante que assim proceder.
- 7.1.2. Apresentada a proposta, ainda que omissa em sua descrição, mas aceita pelo Pregoeiro, a licitante compromete-se a executar os serviços, objeto deste Edital, sem preterição de quaisquer especificações pertinentes constantes das Especificações Técnicas (ANEXO I), parte integrante deste Edital.
- 7.2. Até a abertura da sessão, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 7.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o seu julgamento.

8. DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 8.1. **A partir das 09h00 (dez horas) do dia 02 (dois) de setembro de 2007 (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**, e em conformidade com o subitem 7.1 deste Edital e seguintes, terá início a sessão pública do **Pregão Eletrônico n.º 007/2007-2ªSR**, com a divulgação das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, conforme previsto neste Edital e de acordo com o Decreto n.º 5.450, publicado no Diário Oficial da União de 01/06/2005.
- 8.2. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital. (§ 2º do art. 22 do Decreto n.º 5.450/2005).

9. FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 9.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sen-

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

- do a licitante imediatamente informada do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 9.3. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, podendo disputar os 2.º, 3.º, 4.º lugares e assim sucessivamente, se houver.**
- 9.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 9.5. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação da detentora do lance.
- 9.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para recepção dos lances.
- 9.6.1. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame sem prejuízo dos atos realizados.
- 9.6.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 9.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro mediante aviso de fechamento iminente dos lances emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá o período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.7.1. Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento às licitantes, informando que após transcorridos 30 (trinta) minutos, a contar do aviso do Pregoeiro, a qualquer momento a etapa de lances será encerrada.
- 9.8. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.
- 9.9. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10. ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 10.1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e veri-

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

- ficará a habilitação da licitante conforme as disposições deste Edital e seus Anexos. (art. 25 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 10.2. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as micro-empresas e empresas de pequeno porte. (Art. 44 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006)
- 10.2.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas micro-empresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 10.2.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, e aquelas que se seguirem na ordem de classificação, serão convocadas para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- 10.2.2. Para efeito do disposto no subitem 10.2.1 deste Edital (Art. 45 da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006), ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
 - b) Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea “a” acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123 supra mencionada, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
 - c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2.º do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/06 retro mencionada,, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.2.2.1. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no subitem 10.2 acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 10.2.2.2. A condição prevista no subitem 10.2.2.1 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 10.3. O Pregoeiro poderá anunciar a licitante vencedora imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou, quando for o caso, após a negociação e decisão acerca da **aceitação do lance de menor valor**.
- 10.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 10.4.1. Ocorrendo a situação a que se refere o subitem acima, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

- 10.5. A Proposta de Preços, inicialmente encaminhada nos termos determinados pelo subitem 7.1.1 deste Edital, que compreende a descrição do serviço a ser executado e todas as demais informações afins julgadas necessárias ou convenientes, deverá ser reformulada pela licitante vencedora, em forma de planilha conforme modelo de Proposta de Preços (ANEXO II), parte integrante deste Edital, após a fase de lances, com a composição do(s) item(ns) do(s) qual(is) foi vencedora, com os valores unitário e total do(s) item(ns) devidamente atualizados, e **reenviada para o fax n.º (77) 3481-5299, no prazo de até 01 (uma) hora**, a partir da comunicação da CODEVASF por meio do seu Pregoeiro, acompanhada do documento a seguir descrito:
- a) TERMO DE PROPOSTA, constante do ANEXO III, que é parte integrante deste Edital, devidamente preenchido.
- 10.5.1. A Proposta de Preços reformulada, de que trata o subitem 10.4 acima, **deverá ser encaminhada em original no prazo de até 03 (três) dias úteis**, para o endereço contido no subitem 1.3 deste Edital, contado da data da comunicação da CODEVASF por meio do seu Pregoeiro, sob pena de desclassificação da proposta.

11. HABILITAÇÃO

- 11.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta por item, desde que aceita pelo Pregoeiro, deverá comprovar a situação de regularidade de acordo com o que segue:

11.1.1. Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Verificação, "on line", junto do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, da documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS e SEGURIDADE SOCIAL - INSS), e da habilitação parcial (RECEITA ESTADUAL e RECEITA MUNICIPAL).
- a-1) Na hipótese de haver documentos com prazo de validade vencido junto do SICAF, a licitante vencedora deverá apresentar a documentação correspondente com prazo de validade em vigor;
- a-2) Em se tratando de documentos emitidos via Internet, sua veracidade será confirmada através de consulta realizada nos sites correspondentes, e se apresentados de outra forma, poderão ser em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Secretaria Regional de Licitações – 2.^a SL, ou ainda, publicação em órgão da imprensa oficial.
- b) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- c) Declaração da licitante de que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, e que não está suspensa de licitar ou impedida de contratar com a CODEVASF, e de que encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do art. 7º

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

da Constituição Federal, conforme modelo constante do ANEXO III, parte integrante deste Edital;

- d) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física;
- e) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou serviços similares aos do objeto desta licitação, pelo um período mínimo de 06 (seis) meses.

e.1) Por serviços similares aos do objeto desta licitação entende-se:

- 1. assistência técnica e manutenção de microcomputadores e impressoras, compreendendo testes, diagnósticos, reparos e substituições de peças e componentes eletro-eletrônicos;
- 2. montagem e instalação de componentes periféricos e expansão de configurações (“upgrades”);
- 3. montagem, configuração e manutenção de redes de informática.

- f) Apresentar currículo dos técnicos com comprovação de formação, conhecimento ou experiência nos seguintes segmentos:

f.1) Técnico 01:

- 1) Inglês técnico;
- 2) Sistemas Operacionais para estações do Windows 98 até o XP;
- 3) Sistemas Operacionais para servidores Windows 2000/2003 Server;
- 4) Instalação do Sistema Operacional Linux;
- 5) Microsoft Access em todas as versões;
- 6) Cabeamento estruturado, hubs e switches para redes convencionais e ópticas;
- 7) Sistemas de proteção antivírus, firewall e manipulação de sistemas de backup;
- 8) Montagem e manutenção física de estações, laptops, notebooks e servidores;
- 9) Análise de técnicas e dispositivos de segurança de dados;
- 10) Suporte a usuários.

f2) Técnico 02:

- 1) Manutenção de Computadores;
- 2) Manutenção de Notebooks;

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

- 3) Manutenção de Impressoras laser, matricial e jato de tinta;
 - 4) Confeção e crimpagem de cabos UTP;
 - 5) Rotinas de *Backup* e *Restore*;
 - 6) Suporte a Usuários;
 - 7) Formatação e instalação de Computadores
- g) Declaração da licitante de que efetuou a visita a que se refere o subitem 3.6, tendo tido pleno conhecimento das condições para execução dos serviços objeto deste edital.
- 11.1.1.1. Para a eficácia dos atos quanto ao atendimento a que se referem as alíneas "a-1", "a-2", "b", "c", e "d" acima, a licitante vencedora deverá apresentar a documentação solicitada **no prazo de até 01 (uma) hora, enviando-a para o fax nº (77) 3481-5299, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo de até 03 (três) dias úteis**, contados da data da comunicação da CODEVASF por intermédio do Pregoeiro, sob pena de inabilitação.
- 11.1.1.2. A validade das certidões referidas no subitem 11.1.1 corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, a CODEVASF convencionou o prazo como sendo o de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante em comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante a juntada de norma legal pertinente.
- 11.1.1.3. Caso a(s) certidão(ões) expedida(s) pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) POSITIVA(S), deverá constar expressamente na mesma efeito negativo, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional/CTN, ou sejam juntados documentos que comprovem que o débito foi parcelado pelo próprio emitente, que a sua cobrança está suspensa ou, se contestado, esteja garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, da data de recebimento das propostas.
- 11.2. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos no subitem 11.1.1 deste Edital, no que couber.
- 11.3. A não comprovação de regularidade de quaisquer dos documentos indicados no subitem 11.1.1 acima implicará a inabilitação da licitante, com a consequente desclassificação da proposta.
- 11.4. Em se tratando das microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (Lei Complementar n.º 1123, de 14/12/2006)

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

- 11.4.1. A aplicação do tratamento diferenciado previsto no subitem 11.4 estará condicionada a apresentação da documentação comprobatória de que a licitante é Micro Empresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.
- 11.4.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da CODEVASF, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 11.4.3. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem 11.4.1 acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 das Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à CODEVASF convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 11.5. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora.
- 11.6. No julgamento das propostas e dos documentos de habilitação o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação. (§ 3º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005).

12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 12.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. (art. 26 do Decreto n.º 5.450/2005)
- 12.2. O acolhimento do recurso implica tão somente a invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência do direito de recurso, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada classificada em primeiro lugar.
- 12.4. Qualquer recurso administrativo contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 12.5. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na Secretaria Regional de Licitações – 2ª SL, na Avenida Manoel Novaes, s/n Centro, Bom Jesus da Lapa /BA nos dias úteis no horário de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 18h00 horas.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

- 12.6. As razões dos recursos deverão ser apresentadas por escrito, tempestivamente, no endereço acima, e dirigidas ao Pregoeiro, que os analisará e quando mantiver sua decisão, encaminhará os autos à autoridade competente, que, neste caso, deverá decidir sobre o recurso.
- 12.6.1. Não serão considerados os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os que não forem apresentados na forma estabelecida no subitem 12.6.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. A adjudicação do item do presente Edital pelo Pregoeiro será inviabilizada sempre que houver recurso.
- 13.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do item à licitante vencedora pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
- 13.2.1. Após decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 13.2.2. A autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade dos itens cotados, antes da homologação do certame.

14. DA CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

- 14.1. A licitante vencedora será convocada por escrito para assinar o contrato na Assessoria Jurídica da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF, em Bom Jesus da Lapa/BA, devendo comparecer no prazo de 10 (dez) dias, contado a partir da data da convocação.
- 14.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora, no decorrer do prazo especificado no subitem 14.1, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração da CODEVASF.
- 14.3. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 14.4. A recusa injusta da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, bem como não apresentar as mesmas condições exigidas para sua participação e habilitação neste certame, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas neste Edital, sem prejuízo das demais cominações legais cabíveis.
- 14.5. Na hipótese do não comparecimento da licitante vencedora para a assinatura do Contrato no prazo estipulado ou em caso de recusa por parte desta, é facultado à CODEVASF, por intermédio do Pregoeiro, convocar as licitantes remanescentes, por ordem de classificação para fazê-lo. Analisada a aceitabilidade da proposta, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, ou revogar este Pregão, sem prejuízo da cominação legal prevista no subitem 23.1 deste Edital.
- 14.6. A CODEVASF providenciará a publicação do extrato do instrumento de Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

prazo de 20 (vinte) dias daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei n.º 8.666/93”.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. Os recursos orçamentários correrão à conta dos Programas de Trabalho 04.607.0750.2000.0001 – Administração da Unidade, Natureza de Despesa 33.90.39, nas Fontes 100 e 250.

16. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 16.1. O prazo para a execução dos serviços objeto desta licitação terá a duração inicial de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos após avaliação da qualidade dos serviços prestados e dos preços praticados no mercado, de forma a manter a condição mais vantajosa para a administração pública, limitado a 60 (sessenta) meses, mediante manifestação expressa das partes.

17. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

- 17.1. A Codevasf - 2ª SR fornecerá no início da vigência do contrato, por meio da Gerência Regional de Gestão Estratégica – Unidade de Atendimento ao Usuário – 2ª/GRG/UAU, um inventário detalhado de cada estação, relacionando a configuração dos componentes de cada uma, conforme o anexo I deste Termo de Referência)

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 18.1. A licitante substituirá os empregados não aprovados tecnicamente pela Codevasf.
- 18.2. A licitante prestará manutenção a todos os equipamentos relacionados no Anexo I, no estado em que se encontrarem no início da vigência do contrato.
- 18.3. A licitante deverá responder por quaisquer prejuízos que seus empregados, durante a permanência no local de serviço, causem ao patrimônio da Codevasf - 2ª SR.
- 18.4. A licitante deverá responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os empregados quando em serviço, de acordo com as leis trabalhistas e previdenciárias

19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 19.1. O pagamento será efetuado contra entrega e aceitação do item, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Fiscalização da CODEVASF, observados os subitens seguintes.
- 19.2. Havendo alteração na quantidade de equipamentos durante o mês, a correção será efetuada na fatura do mês seguinte, observados os quantitativos de franquia discriminados no item 2.6.1 deste Termo de Referência

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

- 19.3. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplemento, conforme estabelece o Art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n.º 8.666/93.
- 19.4. A fatura só será liberada para pagamento depois de aprovada pela fiscalização da 2ª Superintendência Regional, com sede em Bom Jesus da Lapa-BA. Deverá estar isenta de erros ou omissões, sem o que será, de forma imediata, devolvida à licitante vencedora para correções.
- 19.5. O documento de cobrança indicará obrigatoriamente, o número e a data de emissão da Nota de Empenho, emitida pela CODEVASF e que cubram a aquisição dos materiais objeto deste Pregão Eletrônico.
- 19.6. O pagamento será creditado em nome da licitante vencedora, mediante Ordem Bancária em Conta Corrente por ela indicada ou meio de Ordem Bancária para pagamento de fatura com Código de Barras, um vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital.
- 19.7. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF n.º 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem.
- 19.8. Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos, após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.
- 19.9. Ficam excluídos da hipótese referida no subitem anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídica tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.
- 19.10. Atendido ao disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento a do dia útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento do fornecimento, a partir da qual será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.
- 19.11. É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega a CODEVASF dos documentos de cobrança, acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada, que se não for atendido, implica desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.
- 19.12. Caso a licitante vencedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida compro-

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

vação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

19.13. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

19.14. A licitante vencedora no certame obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação ora exigida, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas. Os pagamentos somente serão efetivados caso a empresa contratada apresente situação regular. Não sendo devida qualquer atualização financeira quanto o atraso de pagamento se der por irregularidade da licitante vencedora.

19.15. Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 18.8., caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$C = P [(1+I/100)^N - 1]$$

C - Valor calculado como atraso de pagamento;

P - Valor da obrigação contratual para com atraso;

N - Número de dias entre o efetivo pagamento e data estabelecida para quitação da obrigação contratual;

I - Percentual para remuneração do valor da obrigação paga com atraso, equivalente a média aritmética do IGP-M no período N, “Pró-Rata dia”.

19.16. Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.

19.17. Quando utilizado o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

19.18. Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.

20. REPACUTAÇÃO DOS PREÇOS

20.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após esse prazo poderão ser repactuados tendo como parâmetros básicos, a qualidade e os preços vigentes no mercado para prestação desses serviços, mediante a demonstração analítica da variação dos componentes de custos do contrato, devidamente justificada.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

21. MULTAS

21.1. Em caso de inadimplemento, por parte da licitante vencedora de quaisquer das cláusulas ou condições do contrato, à mesma será aplicada a multa no percentual de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor global contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo contratual, o que dará ensejo à sua anulação.

21.2. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, observando-se o seguinte:

- a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 10 (dez) dias.
- b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela licitante vencedora, esta será convocada a recolher a Unidade Regional de Finanças – 2ª GRA/UFN da 2ª Superintendência Regional da CODEVASF o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias contado a partir da data da comunicação.

21.3. A licitante vencedora terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir da data de identificação da aplicação multa, para apresentar recurso a CODEVASF. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica da 1ª SR, que procederá ao seu exame.

21.4. Após o procedimento estabelecido no subitem anterior, o recurso será apreciado pela 2ª Superintendência Regional que poderá relevar ou não a multa.

21.5. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

21.6. Caso a 2ª Superintendência Regional da CODEVASF mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

22. FISCALIZAÇÃO

22.1. A fiscalização dos serviços será feita diretamente pela Codevasf - 2ª SR através de servidor formalmente designado na forma do Art. 67 da Lei nº 8.866/93, a quem compete verificar se a contratada está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

22.2. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a contratada a assegurar e facilitar o acesso da fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

- 22.3. A fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato.
- 22.4. Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários e, em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 22.5. Das decisões da fiscalização, poderá a contratada recorrer à Codevasf - 2ª SR, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula (item 9 do Termo de Referência).
- 22.6. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 22.7. A Codevasf - 2ª SR, através do fiscal designado para o contrato, poderá, a qualquer tempo, solicitar o afastamento de quaisquer empregados da Contratada, designados e credenciados para atender o objeto contratado, devendo esta substituí-lo por outro técnico com curriculum igual ou superior ao do técnico afastado tempestivamente.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 23.1. A licitante vencedora, quando convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na sua entrega, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito de defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a CODEVASF pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e seus Anexos, e das demais cominações legais.
- 23.2. A multa constante do subitem 21.1 é meramente moratória, não isentando a licitante vencedora do ressarcimento por perdas e danos pelos prejuízos a que der causa.
- 23.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante penalizada deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

24. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 24.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 24.2. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 24.3. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com o objeto do pregão e observada a legislação.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

- 24.4. A Minuta de Contrato (ANEXO IV), regulamenta as condições de pagamento, reajustamento, responsabilidade, multas financeiras e encerramento físico e financeiro do Contrato. A referida Minuta sofrerá ajustes ou adequações que se fizerem necessárias.
- 24.5. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do contrato, referentes aos fornecimentos extras. Serviços/ fornecimentos extras não contemplados na planilha de preços da contratada deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela autoridade competente.
- 24.6. O não atendimento às exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que, a critério do Pregoeiro, sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 24.7. A CODEVASF poderá revogar a licitação quando nenhuma das propostas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição, ou quando caracterizado o indício de colusão.
- 24.8. A CODEVASF poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente, e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 24.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 24.10. Responsabiliza-se a licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar a CODEVASF e a terceiros, em decorrência da execução do contrato.
- 24.11. A licitante que vier a ser contratada, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 24.12. Não será permitida a subcontratação, parcial ou total, dos materiais objeto deste Edital.
- 24.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CODEVASF.
- 24.14. Para efeito da contagem dos prazos, o expediente na CODEVASF é das 8:00 às 12:00 h e das 14:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, sendo considerado intempestivo o recurso ou representação quando não recebido pelo Pregoeiro ou pelo Protocolo da CODEVASF até às 18:00 horas do último dia do prazo recursal.
- 24.15. A homologação do resultado deste Pregão não implicará direito à contratação.
- 24.16. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, o Decreto

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.697, de 21/12/2000 e o Decreto 5.450 de 31/05/2005, e Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

- 24.17. Este Edital e seus anexos farão parte integrante do Contrato a ser firmado entre a CODEVASF e a licitante vencedora, independente de transcrições.
- 24.18. O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Salvador/BA, será competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Bom Jesus da Lapa (BA), 19 de setembro de 2007.

JOÃO MAURÍCIO DO VALLE SOUZA
Superintendente Regional – Substituto
2ª/SR - CODEVASF
Decisão 500/2007

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA/ ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2007

ANEXO III

(MODELO DE DECLARAÇÃO - PARA AS SITUAÇÕES PREVISTAS NO SUBITEM 11.1.1. Alínea “c”).

A Licitante _____, CNPJ/MF nº _____, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penalidades da Lei, que até a presente data, NÃO EXISTE FATO QUE INVALIDE O SEU CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL – CRC, para fins de habilitação na presente licitação, (Art. 32 - § 2º Lei 8.666/93) e declara também sob as penas da Lei que não foi declarada inidônea por qualquer ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA”, em qualquer de suas esferas, Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal, e de que não está impedida de licitar e contratar com a CODEVASF, (Art.87 Inciso IV Lei 8.666/93), declara ainda, encontrar-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

Cidade, data

assinatura do representante legal

Nome: _____
Função: _____

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

MINUTA

Contrato que entre si celebram a Companhia De Desenvolvimento Dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF e a empresa

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF**, empresa pública federal, criada pela Lei nº 6.088/74, entidade integrante da Administração Pública Indireta (Decreto-lei nº 200/67, art. 4º, II, “b”), inscrita no CNPJ sob nº 00.399.857/0001-26, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601, Lote I, Edifício Deputado Manoel Novaes, CEP 70.830-901, Brasília (DF), doravante denominada CODEVASF, neste ato representada por seu Superintendente Regional JOSÉ CALMITO FAGUNDES LÉDO, brasileiro, separado, arquiteto, CPF nº 065.151.695-15, RG nº 00680552 34, domiciliado em Igaporã (BA), com delegação de competência dada através da Decisão nº 355, de 28.05.07 e a empresa....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº, com sede na Rua, CEP, CIDADE (BA), doravante denominada CONTRATADA, neste ato por representada seu sócio-gerente infra-assinado, Sr. (a), brasileiro,, CPF nº, RG nºSSP/BA, domiciliado à, nº, Bairro, CEP, CIDA-DE (BA), resolvem celebrar o presente contrato de acordo com a autorização da Diretoria Executiva da CODEVASF, expressa pela Resolução nº, de com a autorização constante do processo administrativo nº, sujeitando-se à Lei nº 8.666/93 e demais disposições aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. Cláusula Primeira - OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e configuração de softwares em equipamentos de informática de propriedade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – 2ª Superintendência Regional – Bom Jesus da Lapa/BA, doravante denominada contratante, incluindo atendimento ao usuário (help-desk) e suporte à utilização de softwares básico e de apoio, conforme item; licitado(as) através do Edital nº 07/07-2ª SR, modalidade Pregão Eletrônico, tipo “menor preço”, na forma do Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e do Decreto nº 5.450/2005 e, subsidiariamente, os dispositivos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

2. Cláusula Segunda - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos, a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:

- a) Pregão nº 07/07-2ª SR;
- b) propostas técnica e financeira da CONTRATADA e respectiva documentação;
- c) termo de referência e especificações técnicas;
- d) planilha de preços;
- e) demais documentos pertinentes, contidos no processo administrativo nº 59520.000453/2007-94.

2.1. Em caso de divergência entre os documentos acima indicados e os termos deste instrumento, prevalecerão estes últimos.

2.2. A CODEVASF se reserva ao direito, mesmo durante a execução dos serviços, de introduzir modificações, resguardados o direito da CONTRATADA, quanto aos serviços executados.

3. Cláusula Terceira – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência para a execução dos serviços objeto deste contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura deste contrato, com validade e eficácia legal após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos após avaliação da qualidade dos serviços e dos preços praticados no mercado, de forma a manter a condição mais vantajosa para administração, limitado a 60 (sessenta) meses, mediante manifestação expressa das partes, na forma do art. 57 da Lei nº 8666/93.

3.1. Qualquer pedido de aditamento de prazo, no interesse da CONTRATADA, somente será apreciado pela CODEVASF, se manifestado expressamente, por escrito, pela CONTRATADA até 30 (trinta) dias antes do vencimento do contrato, devendo o documento ser protocolizado na CODEVASF até a data limite de que trata este item.

3.2. A contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

4. Cláusula Quarta - INTERRUÇÃO DOS SERVIÇOS

As eventuais interrupções ou atrasos na execução dos serviços provocados por motivos supervenientes, independentes da vontade da CONTRATADA, conforme descrito no art. 393 do Código Civil, deverão ser comunicados à CODEVASF por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência. Neste caso, a critério da CODEVASF, os dias de paralisação serão compensados por igual período ao final do prazo fixado para cumprimento do objeto deste instrumento.

4.1. Para efeito de compensação de prazo, serão levados em consideração os atrasos na execução dos serviços, quando ocasionados pela falta de entrega à CONTRATADA de elementos técnicos e materiais necessários ao início ou prosseguimento dos serviços, quando tal providência couber à CODEVASF.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

4.2. Não será levado em consideração qualquer pedido de suspensão da contagem do prazo, quando baseado em fatos não comunicados à CODEVASF, por escrito, ou por esta não aceitos.

5. Cláusula Quinta - VALOR

O valor global fixo e irrevogável do presente contrato é de R\$ (.....), nos termos da proposta financeira apresentada.

5.1. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas necessárias, impostos e taxas, Leis sociais, mão de obra e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, na execução dos serviços.

5.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela CODEVASF não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.

5.3. A infringência do disposto no item anterior desta cláusula impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações, pelo prazo de 6 (seis) meses, a partir da verificação do evento.

6. Cláusula Sexta - RECURSOS

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta do(s), Fonte, Categoria Econômica, consoante as notas de empenho(s) nº(s), emitida(s) em

7. Cláusula Sétima - FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado por preço unitário mediante medição mensal, dos serviços efetivamente realizados, com apresentação das faturas/notas fiscais, devidamente atestados pela fiscalização, obedecidos os preços unitários constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA.

7.2. Os preços constantes da Proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no de nº, constituindo, assim, a única remuneração da CONTRATADA pelos serviços contratados e executados.

7.3. A CODEVASF efetuará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data final do período de adimplemento de cada parcela estipulada.

7.4. A CONTRATADA indicará, obrigatoriamente, em seus documentos de cobrança, o número e a data de emissão da Nota de Empenho.

7.5. As faturas deverão vir acompanhadas da documentação justificativa de cada serviço faturado, devidamente atestadas pela Fiscalização, com destaque das alíquotas tributárias incidentes e com a indicação do domicílio bancário para recebimento dos respectivos créditos.

7.6. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições, incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, §6º da IN/SRF nº 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero e o respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do Imposto de Renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

7.7. As notas fiscais/faturas só serão liberadas para pagamento, respeitada a cláusula de garantia e após aprovadas pela área gestora, e deverão estar isentas de erros ou omissões, sem o que serão de forma imediata devolvidas à contratada para correções.

7.8. Atendido ao disposto nos itens anteriores, a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento, a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, conforme estabelecido no art. 9º do Decreto nº 1.054/94.

7.9. É de inteira responsabilidade da contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela CODEVASF dos prazos estabelecidos para pagamento.

7.10. Quando se tratar da quitação do último pagamento, a CODEVASF se reserva o direito de reter 15% (quinze por cento) do valor do mesmo, até que seja apresentada a GPS relativa ao mês dos últimos serviços prestados. Da mesma forma deverá comprovar o recolhimento do FGTS, sob pena da retenção dos pagamentos.

7.10.1 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da CONTRATADA, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis subcontratados ou quaisquer terceiros interessados.

7.10.2. Na hipótese da CODEVASF vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente, nas ações trabalhistas mencionadas na subcláusula 7.10.1, e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas, e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CODEVASF, a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária, a CODEVASF utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a CONTRATADA, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas nesta subcláusula.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

7.10.3. A não comprovação dos recolhimentos previstos no item 7.6 assegura à CODEVASF o direito de sustar o pagamento da última fatura, reter a garantia e suspender a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato até a apresentação dos referidos documentos.

7.11. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta cláusula, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

7.12. No caso de atraso de pagamento, a CODEVASF pagará atualização financeira aplicando-se o IGP-M a partir da data estabelecida para quitação da obrigação até o mês do efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$C = P[(1+I/100)^N - 1]$, onde:

C – valor calculado como atraso de pagamento;

P – valor da obrigação contratual paga com atraso;

N – número de dias entre o efetivo pagamento e a data estabelecida para quitação da obrigação contratual;

I – percentual para remuneração do valor da obrigação paga com atraso, equivalente a média aritmética do IGP-M no período N, "Pró-Rata" dia.

7.13. Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.

7.14. Quando utilizado o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.

7.15. Nos cálculos deverão ser utilizados 5 (cinco) casas decimais.

8. Cláusula Oitava – DA GARANTIA PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Caução de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a ser integralizado em até 05 (cinco) dias, contados da data de assinatura deste instrumento, em espécie, ou em Títulos da Dívida Pública da União, Seguro Garantia ou Fiança Bancária, a critério da CONTRATADA.

8.1. Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.

8.2. A caução em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.

8.3. Não haverá qualquer restituição da caução em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão deste contrato, hipótese em que a caução será revertida e apropriada pela CODEVASF.

8.4. A não integralização da caução no prazo estabelecido no *caput* desta cláusula impedirá a liberação dos pagamentos previstos na cláusula sétima deste termo.

8.5. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisado consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea "d" da Lei nº 8.666/93.

9. Cláusula Nona - MULTA

Em caso de inadimplemento, por parte da CONTRATADA de quaisquer das cláusulas ou condições do presente instrumento, à ela será aplicada multa no percentual de 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor global do Contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo para a execução, o que dará ensejo a sua rescisão.

9.1. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF.

9.1.1. A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da CONTRATADA. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a CONTRATADA será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de convocação.

9.1.2. Não havendo qualquer importância a ser recebida pela CONTRATADA, esta será convocada a recolher na Coordenadoria de Finanças da CODEVASF, o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da comunicação.

9.2. A CONTRATADA, cientificada da aplicação da multa, terá o prazo de 10 (dez) dias corridos, para apresentar recursos à CODEVASF. Ouvida a fiscalização e o engenheiro responsável pelo contrato, o recurso será encaminhado a Assessoria Jurídica, que procederá ao seu exame.

9.2.1. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela 2ª SR, que poderá releva ou não a multa.

9.3. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo essa relevação em novação contratual, nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

9.4. Caso a multa seja mantida pela Superintendência Regional, não caberá novo recurso administrativo.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

10. Cláusula Dez - FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços caberá a Diretoria de Planejamento, por meio de empregado formalmente designado, na forma do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

10.1. A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a CONTRATADA, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

10.2. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à Área de Administração, responsável pela execução do contrato.

10.3. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

10.4. Das decisões da Fiscalização, poderá a Contratada recorrer à Diretoria de Planejamento, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos à multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

10.5. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

11. Cláusula Onze - OUTROS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA/INCIDÊNCIAS FISCAIS

Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste contrato, a CONTRATADA, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento, obriga-se a:

11.1. Assumir integral responsabilidade por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária e previdenciária, os quais correrão por sua conta exclusiva.

11.2. Pagar todos os tributos ou encargos legais devidos em decorrência deste contrato.

11.2.1. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, ensejará a revisão destes, para mais ou para menos, conforme o caso.

11.2.2. Ficam excluídos da hipótese referida no item anterior, tributos ou encargos legais que, por sua natureza jurídico tributária (impostos diretos e/ou pessoais) não reflitam diretamente nos preços do objeto contratual.

11.3. Providenciar as licenças porventura necessárias à execução dos serviços ora contratados, ficando a seu cargo as respectivas despesas.

11.4. Fornecer toda a mão de obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a CODEVASF, bem como todos os materiais, equipamentos, inclusive os EPI - equipamentos de proteção individual e os instrumentos necessários à execução dos serviços contratados.

11.5. Constituem obrigações da CONTRATADA, ainda, as demais atribuições e responsabilidades estabelecidas no Edital, na condição de vencedora do certame.

12. Cláusula Doze - RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços contratados.

12.1. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CODEVASF, para reparação desses danos ou prejuízos.

12.2. Não serão indenizados os prejuízos que possam advir de erro, de qualquer equívoco da proposta ou de má administração da CONTRATADA.

12.3. A CONTRATADA é a única responsável pela procedência das peças que vier a utilizar na manutenção dos equipamentos.

13. Cláusula Treze - DO DANO MATERIAL OU PESSOAL

A CONTRATADA será responsável por qualquer dano, material ou pessoal, causado a terceiros ou à CODEVASF, durante a execução dos serviços contratados ou em decorrência deles.

14. Cláusula Quatorze - DIÁRIO DE OCORRÊNCIAS

A CONTRATADA manterá no local dos trabalhos um livro sob a denominação de DIÁRIO DE OCORRÊNCIAS, com todas as folhas devidamente numeradas e rubricadas por seu representante e pela fiscalização, no qual serão registradas, por ambas as partes, as ocorrências dos serviços, inclusive as ordens, podendo os registros ser consultados pelos representantes das partes interessadas.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

14.1. Deverão ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a obras, serviços ou fornecimentos extras.

14.2. As obras, serviços ou fornecimentos extras não contemplados na planilha de preços da Contratada deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela autoridade competente.

15. Cláusula Quinze - ENCERRAMENTO DO CONTRATO

Concluídos os serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA solicitará através da Fiscalização, a aprovação dos mesmos. A CODEVASF fará na ocasião, as observações que julgar necessárias, rejeitando os serviços que não tenham sido executados a contento nos termos estabelecidos neste instrumento. Ocorrendo esta hipótese, será dado um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complete ou refaça os serviços rejeitados. Aceitos os serviços, a CODEVASF emitirá Termo de Encerramento Físico do Contrato, que possibilitará a liberação da garantia.

15.1. Após o pagamento de todos os valores devidos à CONTRATADA, será emitido pelo Serviço de Finanças da CODEVASF – 2ª DADF, o Termo de Encerramento Financeiro.

16. Cláusula Dezesseis – RESCISÃO

16.1. O presente contrato será rescindido unilateralmente de pleno direito pela CODEVASF, com a consequente perda da caução e da idoneidade da CONTRATADA nos termos do art. 78, incisos I a XII, XVII da Lei nº 8.666/93 observadas as disposições dos arts. 77, 79 e 80 da citada Lei.

16.2. O presente contrato também será rescindido de pleno direito pela CODEVASF, com a consequente perda da garantia e da idoneidade da CONTRATADA para transacionar com a CODEVASF, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito de indenização ou de retenção independentemente de ação ou interpelação judicial, se a CONTRATADA:

- a) tiver a sua falência requerida ou decretada;
- b) entrar em liquidação judicial ou extrajudicial;
- c) tornar evidente sua incapacidade, desaparecimento ou má-fé;
- d) transferir, no todo ou em parte, este contrato sem prévia e expressa anuência da CODEVASF;
- e) retardar em mais de 20% (vinte por cento) o Cronograma de Execução;
- f) infringir quaisquer outras cláusulas ou condições deste contrato.

17. Cláusula Dezesete – Repactuação

Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após esse prazo poderão ser repactuados tendo como parâmetros básicos, a qualidade e os preços vigentes no mercado para prestação desses serviços, mediante a demonstração analítica da variação dos componentes de custos do contrato, devidamente justificada.

18. Cláusula Dezoito – PUBLICAÇÃO

A CODEVASF providenciará a publicação do presente contrato, em extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo que será de até 20 (vinte) dias após aquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

19. Cláusula Dezenove - FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal cidade de Salvador, Bahia, para dirimir questões oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente Contrato para a execução dos serviços, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito, que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas.

Bom Jesus da Lapa (BA),

CODEVASF

Testemunhas:

CONTRATADA

Nome:
CPF/MF:

Nome:
CPF/MF:

ANEXO V
GUIA DE RETIRADA DE EDITAL

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
2ª Superintendência Regional

| | | |
|--|---------------------------------------|---|
|  | GUIA DE RETIRADA DE EDITAL | EDITAL N.º 07/2007 (PREGÃO ELETRÔNICO) |
| Documentos Constitutivos | | |
| QTDE. VOLUMES: 1 | QTDE. PÁGINAS: | QTDE. DESENHOS: |
| OBJETO: Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação e configuração de softwares em equipamentos de informática de propriedade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – 2ª Superintendência Regional – Bom Jesus da Lapa/BA, doravante denominada contratante, incluindo atendimento ao usuário (help-desk) e suporte à utilização de softwares básico e de apoio. | | |
| Dados para correspondência informados pela licitante | | |
| EMPRESA: | | |
| ENDEREÇO: | | |
| CIDADE: | ESTADO: | CEP: |
| TELEFONE: | FAX: | |
| CNPJ: | E-mail: | |
| Confirmo as informações constantes desta Guia e declaro ter recebido o Edital e seus Anexos. Pela licitante: _____ Assinatura | | |
| D A T A: ____/____/ 2007 | | |